

TJMG homologa os primeiros acordos de indenização às vítimas de Brumadinho



O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) homologou, no dia 2 de maio, os quatro primeiros acordos extrajudiciais individuais celebrados entre a Vale S. A. e vítimas do rompimento da barragem da Mina do Feijão, em Brumadinho.

Os acordos, que garantem celeridade no pagamento de indenizações, foram intermediados pela Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG).

PÁGINAS 3 e 4

Mutirão da Defensoria Pública de Minas Gerais regulariza a situação jurídica de mais de 550 famílias em BH e Uberlândia

Demandas dos assistidos foram resolvidas de forma pré-processual em sessões de conciliação feitas por defensores públicos em Belo Horizonte e Uberlândia.

Durante todo o dia, defensores públicos atenderam os inscritos, orientando sobre os processos que já foram ajuizados e recebendo a documentação para as ações que serão propostas.

O mutirão é mais uma ação da DPMG voltada para solução consensual de conflitos e que possibilita a resolução acessível e rápida para os problemas, contribuindo para a pacificação social.



PÁGINAS 14 e 15

DPMG participa da campanha nacional sobre direitos das mulheres

PÁGINA 14

AINDA NESTA EDIÇÃO

- > [Agenda externa do DPG](#) PÁGINAS 7-10
- > [Escola Superior](#) PÁGINA 11-13
- > [Ações em destaque](#) PÁGINAS 14-22

- > [Homenagens](#) PÁGINAS 13-24
- > [DPMG participa](#) PÁGINA 25-29
- > [Convites](#) PÁGINA 29-30
- > [Comunicados internos](#) PÁGINAS 31-32



Vitória da conciliação

Se há um direito que toda cidadã e cidadão merece é o de receber a oportunidade de recomeçar a vida a partir de um revés. De seguir seu caminho com dignidade e justiça. Neste sentido e com a premissa constitucional que lhe cabe, a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) cumpriu papel histórico na reparação individual da tragédia que assolou Brumadinho e região.

As homologações e, conseqüentemente, o pagamento imediato das primeiras indenizações extrajudiciais às vítimas do rompimento da barragem Mina do Feijão são um marco na garantia dos direitos individuais no Brasil. Uma conquista que tem a Defensoria Pública de Minas Gerais como protagonista e o respaldo do Governo de Minas Gerais, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), entre outras instituições.

Desde 2 de maio, quando os primeiros quatro acordos foram homologados pelo TJMG, uma nova porta se abriu para que as vítimas do desastre em Brumadinho possam reconstruir suas vidas de forma justa e mais célere.

O Termo de Compromisso lavrado entre a Defensoria de Minas e a Vale, para a reparação aos atingidos, foi resultado de um estreito diálogo com a população de toda a área afetada e também com a empresa. Uma vitória para os cidadãos, pavimentada pelo caminho da conciliação, sempre mais curto e menos doloroso.

Em 25 de janeiro, quando a barragem se rompeu, a Defensoria Pública de Minas já se fazia presente em Brumadinho, ouvindo os atingidos, prestando orientações, levantando a história de cada um e reunindo informações para construir a justa reparação.

Os frutos de todo esse minucioso trabalho são colhidos agora, com o pagamento das indenizações extrajudiciais aos atingidos pouco mais de 100 dias após a tragédia. E em valores médios acima dos padrões conhecidos.

A conquista da reparação às vítimas de Brumadinho é um dos temas deste Boletim Informativo Notícias da DPMG, que também alcança uma marca: a sua 100ª edição.

Outra importante ação da Defensoria de Minas, aqui retratada, é o Mutirão das Famílias, realizado simultaneamente em Belo Horizonte e Uberlândia. Mais uma iniciativa fundamentada no virtuoso caminho da conciliação.

Nas duas cidades, defensoras e defensores públicos mineiros atenderam mais de 550 famílias. Os assistidos puderam resolver pendências envolvendo divórcio, guarda de filhos, pensão alimentícia, entre outras questões familiares. Mais uma oportunidade para colocar a vida em dia e seguir em frente de forma consensual, buscando soluções extrajudicial e pré-processual. Assim, a DPMG atua para melhor atender aos interesses dos cidadãos.

Neste Boletim nº 100 você terá também, entre outras ações, detalhes do engajamento da Defensoria de Minas na campanha nacional “Em Defesa Delas: defensoras e defensores pela garantia dos direitos das mulheres”, encabeçada pela Anadep. A iniciativa, que terá a duração de um ano, tem como objetivo apresentar à população o trabalho em favor das mulheres que necessitam de acesso à Justiça para a garantia dos seus direitos.

SITUAÇÕES DE CRISE

TJMG homologa os primeiros acordos de indenização às vítimas de Brumadinho

Pouco mais de 90 dias após o rompimento da barragem Mina do Feijão, atingidos começaram a receber reparação intermediada pela Defensoria Pública de Minas Gerais por meio da via extrajudicial

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) homologou, no dia 2 de maio, os quatro primeiros acordos extrajudiciais individuais celebrados entre a Vale S. A. e vítimas do rompimento da barragem da Mina do Feijão, em Brumadinho. Os acordos, que garantem celeridade no pagamento de indenizações, foram intermediados pela Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG).

A sessão ocorreu na Comarca de Brumadinho e foi presidida pela juíza Perla Saliba Brito, coordenadora do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc). Participaram também da sessão a desembargadora Mariangela Meyer, 3ª vice-presidente do TJMG e coordenadora do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), e o defensor público-geral Gério Patrocínio Soares.

“O que está acontecendo hoje aqui representa um marco. São acordos muito bem elaborados, precedidos de diálogo entre as partes interessadas, com plena discussão de direitos e obrigações e, acima de tudo, concluídos em prazo razoável – pouco mais de 90 dias do desastre”, destacou a desembargadora Mariangela Meyer.

A desembargadora ressaltou que os acordos homologados são individuais, envolvem direitos disponíveis e foram celebrados “entre partes maiores e capazes”, resguardando eventuais direitos que porventura venham a

ser reconhecidos em ação coletiva futura.

A desembargadora destacou ainda o trabalho da DPMG para tornar mais célere a reparação aos atingidos pela tragédia. “Estamos em parceria com a Defensoria Pública de Minas Gerais, que tem feito o impossível para levantar todas as informações capazes de provar os danos sofridos pelos atingidos. Estes são acordos de família, que envolvem pai, mãe, avós, filhos, com discussões em mesa redonda e com todo o cuidado para garantir que estas pessoas recebam seus direitos em futuro próximo”, completou a vice-presidente do TJMG.

O fato de os acordos estarem sendo homologados no setor pré-processual do Cejusc foi ressaltado pela juíza Perla Saliba Brito, onde as conciliações acontecem antes ainda de os conflitos se tornarem um processo na Justiça. Um dos grandes benefícios, portanto, é a celeridade na prestação jurisdicional, observou.

O defensor público-geral, Gério Patrocínio Soares, ressaltou a atuação da Instituição na unidade de Brumadinho, que viabilizou a resposta rápida às vítimas. “Este acordo foi construído junto com a população, que vem procurando a DPMG desde o primeiro dia após o rompimento da barragem, buscando orientações e informações sobre todos os direitos”, disse.

continua >>

Além da juíza Perla Saliba Brito, da desembargadora Mariangela Meyer e do defensor-geral Gério Patrocínio Soares, também estiverem presentes na sessão, entre outras autoridades, o presidente da Associação de Defensoras e Defensores Públicos de MG, Fernando Campelo Martelleto; a defensora pública Paula de Deus Mendes, do Núcleo Estratégico de Proteção aos Vulneráveis em Situação de Crise; o conselheiro secretário do Conselho Superior da DPMG, Galeno Gomes Siqueira; o assessor institucional da DPMG, Wilson Hallak Rocha; o juiz auxiliar da 3ª Vice-Presidência do TJMG, José Ricardo dos Santos Freitas Vêras; e a promotora de Justiça da comarca, Aimara de Brito Dias Leite Cabaleiro.

Foto: Robert Leal/TJMG



SITUAÇÕES DE CRISE: TJMG HOMOLOGA ACORDOS DE INDENIZAÇÃO ÀS VÍTIMAS DE BRUMADINHO

Segundo o defensor-geral, os parâmetros de reparação dos danos seguiram jurisprudências nacionais e internacionais, levando em conta casos que já ocorreram, de forma a dar segurança aos atingidos. Informou ainda que há uma grande procura pelo atendimento na unidade Brumadinho e que, em todos os casos, os valores apurados para indenização são superiores às expectativas dos atingidos. Frisou também a importância das ações coletivas.

Os acordos surgiram a partir de um termo de compromisso celebrado entre a Vale e a Defensoria Pública de Minas Gerais com o objetivo de agilizar o pagamento de indenizações extrajudiciais, individuais ou por núcleo familiar, por danos materiais e morais, aos atingidos pelo rompimento da barragem. A partir da data da homologação, a empresa tem cinco dias para depositar o dinheiro na conta dos beneficiários.

[Saiba mais sobre os acordos homologados](#)

Acordos firmados

A decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais de homologar os acordos extrajudiciais que forem firmados pela Defensoria Pública de Minas Gerais com vítimas do rompimento da barragem da mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, foi tomada na manhã do dia 15 de abril, em reunião das equipes da Defensoria Pública e da 3ª Vice-Presidência do TJMG, responsável pelas negociações e acordos pré-processuais no âmbito do Tribunal.

Após a reunião, a equipe da Defensoria Pública mineira encontrou-se com o presidente do Tribunal, desembargador Nelson Missias de Moraes, que elogiou “a postura ética e profissional que os defensores públicos vêm adotando em relação às vítimas de Brumadinho,



Juíza Perla Saliba Brito, coordenadora do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejus)

pois estão colocando em primeiro lugar os interesses da cidadania, e não os das corporações”.

O desembargador ressaltou que os acordos a serem firmados pelas vítimas e seus familiares dizem respeito aos direitos individuais disponíveis e não lhes retiram qualquer direito futuro, inclusive os que venham a constar de eventuais acordos coletivos. O “termo de compromisso” assinado entre a Defensoria Pública de Minas Gerais e a Vale garante, inclusive, cláusula de arrependimento.

O defensor público-geral Gério Patrocínio, por sua vez, agradeceu a postura do TJMG favorável à negociação, que irá evitar que o pagamento das indenizações se prolongue indefinidamente. O defensor público-geral afirmou que o Poder Judiciário “é a última trincheira da população”.



Presenças – Também participaram da reunião os juízes auxiliares da Presidência Luiz Carlos Rezende e Santos e Jair Francisco dos Santos; o juiz auxiliar da 3ª Vice-Presidência, José Ricardo dos Santos de Freitas Vêras; o juiz Evandro Cangussu Melo, diretor do foro da Comarca de Montes Claros; e os defensores públicos João Paulo Torres Dias, Antônio Lopes de Carvalho e Marina Lage Pessoa da Costa.

Reunião do Governo do Estado com líderes locais de Brumadinho

Encontro discutiu ações do Estado para atendimento às famílias vítimas do rompimento da barragem

A defensora pública-geral de Minas Gerais em exercício, Luciana Leão Lara Luce, representou a Instituição em reunião entre o então governador em exercício, Paulo Brant, e representantes de associações de moradores, lideranças regionais e secretários de Estado realizada no dia 8 de abril, na Câmara Municipal de Brumadinho. O objetivo do encontro foi tratar das ações desenvolvidas pela gestão estadual para reduzir o impacto causado pelo rompimento da barragem Mina Córrego do Feijão.

Durante a reunião, o então governador em exercício, Paulo Brant, fez um balanço das ações desenvolvidas na região desde o rompimento da barragem. Ele citou a criação do Comitê Gestor pró-Brumadinho que, de forma integrada, tem o objetivo de diagnosticar os

impactos socioeconômicos e ambientais para estabelecer as ações necessárias à recuperação da região. Também foi ressaltada a necessidade de fomentar a economia local.

Também participaram do encontro, a chefe de gabinete da Defensoria-Geral, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias; o coordenador do Núcleo Estratégico da Defensoria Pública de Proteção aos Vulneráveis em Situação de Crise, Antônio Lopes de Carvalho Filho; o chefe da Assessoria Militar da DPMG, ten. cel. PM Antoniezio Alves de Sousa; a presidente do Servas, Alexia Paiva; a secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ana Maria Valentini; o secretário de Estado de Saúde, Carlos Eduardo Amaral Pereira; a coordenadora do Escritório de Ações Prioritárias, Luisa Barreto; o prefeito de Brumadinho, Avimar Barcelos; o presidente da Câmara de Brumadinho, Toninho da Rifel; o presidente da Associação do Córrego do Feijão, Luciano Lopes; o presidente da Associação do Parque da Cachoeira, Adilson Ramos; entre outras lideranças.

Com informações da Agência Minas



Durante o encontro em Brumadinho, a defensora pública-geral de Minas Gerais em exercício, Luciana Leão Lara Luce, discorreu sobre o Termo de Compromisso firmado entre a Defensoria Pública mineira e a Vale S. A. e a inauguração da unidade local da DPMG



Defensor-geral e corregedor-geral da DPMG visitam unidade em Brumadinho

No dia 25 de abril, data em que completaram três meses do rompimento da Barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho, o defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, o corregedor-geral da Defensoria do Estado, Flávio Nelson Dábés Leão, e o presidente da Adep-MG, Fernando Mar-

telleto, fizeram uma visita institucional à Unidade da DPMG no município.

A sede foi inaugurada oficialmente em 1º de abril e funciona, de segunda a sexta-feira, prestando orientações e atendimento jurídico gratuito às vítimas do desastre.

Governo do Estado apresenta ações e programas de segurança pública a defensores públicos de Minas Gerais

Defensoras e defensores públicos mineiros com atuação em Execução Penal em Belo Horizonte e Região Metropolitana participaram, no dia 3 de maio, de reunião e videoconferência em que a Secretaria de Estado de Administração Prisional (Seap) apresentou um diagnóstico do sistema de segurança pública de Minas Gerais e detalhou ações em andamento na ressocialização e combate à criminalidade no estado. O evento foi realizado na Sede I da Defensoria Pública de Minas Gerais, em Belo Horizonte.

A apresentação foi feita pelo secretário de Estado de Administração Prisional, general Mario Lúcio Alves de Araújo, e pelo secretário adjunto de Estado de Justiça, Gustavo Henrique Wykrota Tostes. Ambos foram recebidos pelo defensor público-geral, Gério Patrocínio Soares, que abriu a reunião ressaltando a importância da sinergia entre as instituições para garantir a estabilidade do sistema de segurança pública em Minas Gerais.

“Essa aproximação contribui para apaziguar o sistema de segurança em nosso Estado, e o empenho de todos é fundamental para esta estabilidade. Com isso, vamos buscar o avanço nesta área e nos colocamos à disposição”, afirmou Gério Patrocínio. O defensor-geral destacou ainda a transparência nos dados disponibilizados pelo Governo do Estado, o que ajuda as instituições a aprimorar as ações no sistema de segurança pública.

Em sua apresentação, o secretário Mario Lúcio Alves de Araújo detalhou as ações em andamento e comemorou a redução nos índices de criminalidade no primeiro trimestre deste ano.

Entre as medidas em andamento está o programa de parceria com os municípios, pelo qual o Estado vai oferecer e difundir a expertise em ações de segurança pública. “Vamos dividir nosso conhecimento em 16 polos de maior impacto identificados no Estado, promovendo a capilarização das ações que dão certo”, disse o general Mario Lúcio.

O general apontou a gestão do sistema prisional como um dos principais desafios do Estado na segurança pública. “Hoje temos 40 mil vagas e 77 mil presos. É preciso criar mecanismos inovadores de gestão de custos e de recursos humanos para equacionar este problema”.

Segundo o secretário, o Governo do Estado estuda mudanças na legislação para adequar as ações das forças de segurança à realidade atual.

Participaram também da reunião a subsecretária de Políticas de Prevenção Social à Criminalidade, da Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp), Andreza Rafaela Abreu Gomes; Ana Luíza Werneck Veronezi, do Observatório de Segurança Pública Cidadã; a defensora pública e assessora Institucional, Emília Eunilce Alcaraz Castilho; o defensor público e coordenador Criminal, Fernando Luis Camargos Araujo; o presidente da Associação de Defensoras e Defensores Públicos de Minas Gerais (Adep-MG), Fernando Campelo Martelleto; e defensores públicos em atuação na Capital e nos municípios de Betim, Contagem, Ibirité, Igarapé, Jaboticatubas, Lagoa Santa, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia e Vespasiano.





AGENDA EXTERNA

Lançamento de site do Observatório Nacional de desastres e casos de grande repercussão

O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, representou a Instituição no lançamento do portal do Observatório Nacional sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta Complexidade e Grande Impacto e Repercussão. O evento aconteceu no dia 30 de abril, no Salão Nobre do Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília.

A iniciativa, conjunta entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), tem o objetivo de identificar e gerir com rapidez e transparência as informações processuais sobre casos de grande repercussão social e de alta complexidade, além de estimular a celeridade, no Sistema de Justiça, de resolução desses casos.

Instituído em janeiro deste ano, o Observatório Nacional atualmente acompanha os rompimentos das barragens em Mariana e Brumadinho, a chacina dos fiscais de trabalho em Unaí, Minas Gerais, e o incêndio na Boate Kiss, no Rio Grande do Sul.

Durante o lançamento, a procuradora-geral da República e presidente do CNMP, Raquel Dodge, disse que o novo portal representa uma ferramenta importante e eficaz de integração dos órgãos estatais com a sociedade, que poderá não apenas acompanhar as providências adotadas, mas também contribuir para o processo de aperfeiçoamento e resolutividade do Sistema de Justiça.

O presidente do STF, ministro Dias Toffoli, destacou que o Observatório Nacional é a mostra de que as instituições estão unidas em busca de soluções para os casos de alta complexidade e de defesa para suas vítimas.

A convite do ministro, o defensor-geral Gério Patrocínio falou sobre a atuação da DPMG em Brumadinho e da importância da parceria entre os integrantes do Sistema de Justiça. Para ele, a parceria com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, o STF e a Procuradoria-Geral da República, incentivando o sistema multiportas, abriu a possibilidade para a busca de soluções alternativas. Gério Patrocínio agradeceu às instituições também “pela crença de que as pessoas têm que ser ouvidas e que podem caminhar para a solução dos problemas, mesmo sendo irreparáveis as perdas ocorridas”.

Apresentação do portal – A conselheira do CNJ, Maria Tereza Uille, fez uma breve apresentação do novo portal, no qual é possível ver a descrição das ações realizadas pelo Observatório Nacional, como relatórios das reuniões quinzenais e dos workshops já organizados.

[Acesse aqui o novo portal](#)



Defensor-geral Gério Patrocínio Soares fala sobre a atuação da DPMG em defesa dos atingidos pelo rompimento da barragem em Brumadinho

AGENDA EXTERNA: LANÇAMENTO DE SITE DO OBSERVATÓRIO NACIONAL

Presenças – Também estavam presentes no lançamento do portal representantes dos tribunais estaduais, federais e do Trabalho nos estados de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, e, ainda, das procuradorias-gerais de Justiça nos dois estados, da Advocacia Geral da União (AGU) e do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Participaram ainda representantes dos Governos de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, dos Ministérios de Minas e Energia e do Desenvolvimento Regional, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), da Agência Nacional de Mineração (ANM), da Agência Nacional das Águas (ANA).

O defensor-geral de Minas Gerais estava acompanhado pela chefe de Gabinete, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, e pela assessora de Administração Estratégica e Inovação, Marina Lage Pessoa da Costa.

[Leia matéria na íntegra](#)

Com informações do CNJ



Reunião

Antecedendo o evento em Brasília, os defensores públicos de Minas Gerais Gério Patrocínio Soares, Raquel da Costa Dias e Marina Lage reuniram-se com a conselheira do CNJ, Maria Tereza Uille, ocasião em que conversaram sobre o desastre em Brumadinho e a atuação da DPMG.

Posse da gestão da Associação Mineira de Municípios

O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, representou a Instituição na solenidade de posse da gestão da Associação Mineira de Municípios (AMM) para o biênio 2019-2021.

A cerimônia aconteceu no dia 15 de maio, durante o 36º Congresso Mineiro de Municípios, realizado no Estádio Mineirão, em Belo Horizonte.

O presidente da AMM e prefeito de Moema, Julvan Lacerda, foi reeleito em chapa única e, dos 43 diretores da entidade, apenas oito foram substituídos. “O Con-

gresso Mineiro de Municípios é onde Minas se encontra e, por isso, tem uma importância fundamental”, destacou Julvan Lacerda.

Presente na posse, o governador em exercício Paulo Brant reforçou a importância de Minas Gerais e do federalismo ao afirmar que o estado tem uma das economias mais fortes do Brasil, mas que, assim como outras unidades da Federação, vem enfrentando muitas dificuldades.

Com informações da AMM



Defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, e o presidente da AMM e prefeito de Moema, Julvan Lacerda

AGENDA EXTERNA

Workshop sobre barragens promovido pelo Estado

O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, representou a Instituição na abertura do *Workshop* Barragens MG, promovido pelo Gabinete Militar do Governador, por meio da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil. O encontro aconteceu no dia 20 de maio, na Cidade Administrativa, em Belo Horizonte.

Durante o evento, que contou com a presença do governador Romeu Zema, foi lançado o Plano de Segurança para as Comunidades Próximas às Barragens de

Mineração. O documento, desenvolvido pelo Governo de Minas Gerais, visa reduzir riscos, mitigar os efeitos da mineração, preparar respostas e promover a segurança das comunidades próximas às barragens.

O *workshop* teve como público-alvo prefeitos e gestores dos municípios mineiros do estado, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e a própria Defesa Civil, além das empresas do setor que possuem barragens à montante em Minas Gerais.

Com informações da Agência Minas



A assessora de Administração Estratégica e Inovação, Marina Lage Pessoa da Costa, e o coordenador do Núcleo Estratégico da Defensoria Pública de Proteção aos Vulneráveis em Situação de Crise, Antônio Lopes de Carvalho Filho, acompanharam o DPG.

XI Congresso Mineiro de Direito Administrativo

A Defensoria Pública de Minas Gerais foi representada pela subdefensora pública-geral do Estado, Luciana Leão Lara Luce, na abertura do XI Congresso Mineiro de Direito Administrativo, realizada no dia 6 de maio. Promovido pelo Instituto Mineiro de Direito Administrativo (IMDA) o evento teve como tema central “Direito Administrativo nos 30 anos da Constituição Federal”.

A conferência de abertura foi proferida pela ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Carmen Lúcia, que explanou sobre o Direito Administrativo nos 30 anos da Constituição Federal.

Presente no encontro, o governador de Minas Gerais, Romeu Zema, ressaltou o papel do Judiciário e a importância da independência dos Poderes no país.

Com informações da Agência Minas

Foto: Gil Leonardi/Imprensa MG



Também participaram pela Defensoria Pública de Minas os defensores públicos Rafael de Freitas Cunha Lins (assessor de Planejamento e Infraestrutura); Dheborá Maria Conde Ubaldo e Frederico de Souza Saraiva (assessores da Corregedoria-Geral); e Rachel Aparecida de Aguiar Passos; além do diretor de Compras e Contratos, Henrique Boaventura; e do assessor jurídico Tadeu Rodrigo Tito de Oliveira.



AGENDA EXTERNA

Outorga de medalha do Tribunal Regional Eleitoral de MG

A defensora pública-geral de Minas Gerais em exercício, Luciana Leão Lara Luce, representou a Instituição na solenidade de outorga da Medalha de Mérito Acadêmico Eleitoral “Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira”,

distinção honorífica concedida pelo Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE/MG), no dia 11 de abril.

O desembargador Edgard Penna Amorim, ex-presidente da Casa, foi o homenageado desta edição da comenda.

A defensora-geral em exercício, Luciana Luce, estava acompanhada pelo chefe da Assessoria Militar da DPMG, ten. cel. PM Antoniezo Alves de Sousa.

Com informações do TRE/MG

Defensora pública-geral em exercício, Luciana Leão Lara Luce (1ª posição, à direita), compõe a mesa de honra



Seminário internacional sobre grandes acidentes do trabalho

A subdefensora pública-geral de Minas Gerais, Luciana Leão Lara Luce, representou a Instituição na abertura do “Seminário internacional sobre grandes acidentes do trabalho: efetividade da prevenção”, realizada no dia 25 de abril, na Escola Superior Dom Hélder Câmara.

O evento foi promovido pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), pelo Programa Trabalho Seguro e pela Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT-MG), com apoio da Associação dos Magistrados do Trabalho da 3ª Região (Amatra3).



Defensoria mineira e Arquidiocese de Belo Horizonte iniciam preparativos para o III Dia Mundial dos Pobres

A Defensoria Pública de Minas Gerais iniciou as tratativas com a Arquidiocese de Belo Horizonte para preparação das atividades do III Dia Mundial dos Pobres.

No dia 24 de abril, as defensoras públicas Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser (coordenadora de Projetos, Convênios e Parcerias) e Irma Luzia de Paiva Reis reuniram-se com o bispo auxiliar da Arquidiocese, Dom Otacílio Ferreira de Lacerda, e com os integrantes da Rede de Articulação da Solidariedade Paroquial do Vicariato Episcopal para Ação Social e Política, Maria Amélia de Jesus e Marcelo Henrique A. Moreira.

Dia Mundial dos Pobres – A data foi instituída pelo líder da Igreja Católica, Papa Francisco, e está sendo celebrada pela terceira vez neste ano.



A iniciativa corresponde à missão da Defensoria Pública em promover os direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados. A Instituição é parceira da ação desde sua primeira edição, em 2017.



ESCOLA SUPERIOR

Defensoria Pública do Estado e Instituto de Ciências Penais promovem reflexão sobre prevenção à criminalidade para jovens

Caminhos preventivos à entrada de jovens em atos infracionais foram debatidos na Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) durante o primeiro encontro do projeto “Diálogos ICP” realizado no dia 23 de abril.

O evento foi promovido pelo Instituto de Ciências Penais (ICP), em parceria com a DPMG, por meio da sua Escola Superior (Esdep MG), e teve como objetivo fomentar debates interdisciplinares sobre temas que afligem a sociedade atual.

Reflexão

“Infância e adolescência em vulnerabilidade: a história não contada” foi o tema debatido. O assunto foi escolhido para estimular a discussão sobre como o acesso à escola, cultura e esporte, por exemplo, pode ter um viés preventivo eficiente à entrada de jovens no caminho dos atos infracionais.

Esta edição teve como referência o livro “Conte Sua História: A vida de crianças e adolescentes institucionalizados em Minas Gerais”, editado pela Coordenadoria da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. A obra relata histórias de sucesso de resgate de jovens em situação de vulnerabilidade que tiveram oportunidades de construir vivências de superação.



Debatedores: jornalista Cristiane Leite; médico Charles Simão; enfermeiro Welbert Cleiton; repórter cinematográfico Saulo Luiz; e a psicóloga Judicial Rosilene Miranda

zados em Minas Gerais”, editado pela Coordenadoria da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. A obra relata histórias de sucesso de resgate de jovens em situação de vulnerabilidade que tiveram oportunidades de construir vivências de superação.

continua >>

Dispositivo da abertura do projeto “Diálogos ICP” no auditório da DPMG em Belo Horizonte



Coordenadora da Defensoria Especializada de Infância e Juventude – Cível (DEINJ-Cível), Daniele Belletato Nesrala: estudos comprovam que investimentos na área feitos nos primeiros anos refletem no futuro, sendo percebidos na melhoria dos índices de educação, saúde e diminuição da criminalidade.

O secretário de Estado adjunto de Administração Prisional, Gustavo Henrique Wykrota Tosques destacou o interesse do Estado em políticas sociais e a necessidade de atenção para a área da infância e juventude.

Coordenadora da Esdep MG, Eden Mattar: “Conhecemos a vulnerabilidade, tanto econômica, quanto social, dos indivíduos que procuram a Defensoria Pública, uma Instituição que, utilizando mecanismos jurídicos e extrajudiciais, junto com o amor, tem o papel de transformar a situação social e melhorar a vida das pessoas.

Presidente do ICP, Gustavo Henrique: a importância do trabalho e do diálogo interdisciplinar para a construção de um mundo melhor.

ESCOLA SUPERIOR: REFLEXÃO SOBRE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE PARA JOVENS

O debate foi intermediado pela jornalista Cristiane Leite, uma das participantes da obra editada pelo Tribunal de Justiça.

Foi apresentada a trajetória de Welbert Cleiton, que viveu a adolescência em situação de vulnerabilidade, foi apadrinhado pelo médico Charles Simão e hoje é enfer-

meiro-chefe no Hospital Santa Casa.

Participaram também do bate-papo a psicóloga judicial Rosilene Miranda, uma das organizadoras da edição do livro, e o repórter cinematográfico Saulo Luiz, que possui projeto de acesso ao esporte a jovens em situação de vulnerabilidade social.

Mostra de fotografia documental sobre a realidade carcerária



Com o objetivo de agregar arte e cultura às suas atividades, a Esdep-MG promoveu, no dia 23 de abril, uma exposição fotográfica no saguão de entrada do auditório, na Sede I.

A artista escolhida para essa primeira iniciativa foi Joanna Macedo, com a mostra “Um olhar sobre o cárcere”. O projeto conquistou o primeiro lugar no concurso de Ocupações Artísticas 2019 da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG)

As fotografias foram expostas durante o primeiro encontro do projeto “Diálogos ICP”, promovido pelo Instituto de Ciências Penais, que aconteceu na DPMG.

Defensoria Pública dá início à programação do curso ‘Mediação Básica e Convivência Cidadã’

O Projeto de Mediação de Conflitos no Ambiente Escolar (Mesc – Paz em Ação) abriu, no dia 16 de maio, o curso “Mediação Básica e Convivência Cidadã”. A atividade aconteceu na Escola Superior da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (Esdep), sob coordenação da defensora pública Francis de Oliveira Rabelo Coutinho, responsável pelo Mesc.

O evento de abertura promoveu momento de reflexão e roda de conversa sobre o tema “Diversidade, machismo e empoderamento”, com participação do coordenador do Projeto Machismo Entre Nós (Men), Gustavo Ribeiro, e da idealizadora do Projeto Empodera Teen, Graziane Andrade, ambos integrantes da recém-lançada “Frente pela Educação Emancipadora”, iniciativa da DPMG, por meio do Mesc.

Na oportunidade foram debatidas questões como a importância da participação do homem nas discussões no âmbito escolar e a atuação em políticas públicas efetivas e próximas dos casos observados nas escolas.

A iniciativa, que contou ainda com a presença da coordenadora da Esdep, defensora pública Eden Mattar, é parte da capacitação oferecida aos estagiários do Centro Universitário Una, além de convidados, como integrantes do coletivo “Ocupa e Educa”, e funcionários da DPMG.



Defensora pública Francis de Oliveira (3ª posição à frente), acompanhada pelos alunos e profissionais participantes

O curso, com parte teórica e participação de 16 alunos, será realizado em mais quatro encontros, totalizando 20 horas-aula, abordando temas como os grupos de convivência, pertencimento e identidade, zona de conforto e empatia, linguagem não verbal, diversidade, além de machismo e empoderamento feminino.

ESCOLA SUPERIOR

Unidades da DPMG recebem estudantes de Direito em visita técnica

Durante as atividades, alunos conheceram o trabalho realizado pela Defensoria Pública, a atuação dos defensores públicos, além das instalações da Instituição.

Em Belo Horizonte, a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais recebeu, no dia 25 de abril, os alunos do 1º ao 10º período da Faculdade de Direito do Centro Universitário Newton Paiva para visita técnica, sob a coordenação do defensor público e professor Hebert Leite e da defensora pública Eden Mattar, coordenadora da Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep).

Na oportunidade, os estudantes assistiram à palestra sobre “A defesa técnica no Direito Processual”, proferida pelo defensor público Cirilo Augusto Fiuza de

Saldanha Vargas (*foto abaixo, à direita*), que explicou a importância da Defensoria Pública, forneceu informações sobre atuação extrajudicial da Instituição, além de esclarecer o papel do defensor público e a diferença deste para o advogado.

A defensora pública Eden Mattar elogiou a iniciativa, que vai ao encontro das atividades da Esdep. “A ação promove a capacitação técnica de discentes ao mesmo tempo em que viabiliza a valorização da DPMG em sua função de educação em direitos”, destaca.



Apresentação de projetos – No dia 13 de maio, a sede da DPMG em Belo Horizonte recebeu estudantes de Direito da Faculdade Estácio de Sá das unidades Venda Nova, Prado e Floresta. As defensoras públicas Caroline Loureiro Goulart Teixeira, coordenadora regional de Famílias e Sucessões da Capital, e Sílvia Leonel Ferreira, coordenadora do Atendimento da Capital, foram as responsáveis pelas orientações e informações aos visitantes, apresentando a Instituição. O evento foi promovido pela DPMG e a Escola Superior, em conjunto com o Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) da Faculdade Estácio de Sá, coordenado pela professora Maria Cláudia Viana e orientado pela professora Priscilla Jordanne.

Em Barbacena

No mesmo dia (13/05), estudantes de Direito do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), do Centro Universitário Presidente Antônio Carlos (Unipac), fizeram visita à unidade da Defensoria Pública de Minas Gerais em Barbacena.

Os defensores públicos Álvaro Lima Guimarães Costa, Sidnei Henrique da Silva, Cassia Rejane Chiericato e Delma Gomes Messias foram os responsáveis pelas orientações e informações aos visitantes.

Os estudantes foram acompanhados pelo professor e orientador do NPJ, advogado Rodrigo Corrêa de Miranda Varejão.



Defensoras públicas Caroline Loureiro Goulart Teixeira e Sílvia Leonel Ferreira também falaram dos projetos que a DPMG realiza



Defensores públicos acompanhados dos estudantes durante a visita à unidade da DPMG em Barbacena

AÇÕES EM DESTAQUE

Mutirão da Defensoria Pública de Minas Gerais regulariza a situação jurídica de mais de 550 famílias em BH e Uberlândia

Demandas dos assistidos foram resolvidas de forma pré-processual em sessões de conciliação feitas por defensores públicos

Alívio e sensação de colocar a vida em dia. Foi o que Cássia e Jobert sentiram depois de fazer um acordo sobre a pensão alimentícia do filho Kauã. A decisão em comum foi tomada durante o “Mutirão das Famílias” realizado pela Defensoria Pública de Minas Gerais no dia 10 de maio, em Belo Horizonte.

O mutirão é mais uma ação da DPMG voltada para solução consensual de conflitos e que possibilita a resolução acessível e rápida para os problemas, contribuindo para a pacificação social.

Os participantes fizeram inscrição antecipadamente e foi enviada uma carta-convite para a outra parte comparecer na Defensoria Pública. Foram agendadas 100 sessões de conciliação para o dia e, durante o esforço concentrado, 18 defensores públicos buscaram regularizar a situação jurídica das famílias. Questões como alimentos, divórcio, regulamentação de convivência e guarda de filhos foram resolvidas de forma consensual.

Também foram feitas conciliações para rever valor

de pensão que já foi fixado, em acordo ou judicialmente, e para encerrar pagamento de pensão, para casos de filhos maiores de idade e que não estejam estudando.

Os 66 acordos feitos no mutirão serão encaminhados para homologação do juiz do Centro Judicial de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejudc).

A iniciativa foi voltada para pessoas residentes em Belo Horizonte, com renda individual de três salários mínimos ou familiar até cinco salários.

Apoio – Promovido pela Defensoria Pública do Estado, o mutirão teve o apoio da Escola Superior da Instituição (Esdep MG), da Associação das Defensoras e Defensores Públicos de Minas Gerais (Adep-MG) e do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG).

SAIU NA MÍDIA

[Bom Dia Minas](#)

[MGTV 1ª edição](#)



Mais de 450 famílias são atendidas em Uberlândia

Mais de 450 famílias foram atendidas durante o “Mutirão das Famílias” promovido pela Defensoria Pública de Minas Gerais em Uberlândia, no dia 10 de maio. Esta foi a quarta edição do evento na comarca.

Foram atendidas demandas como requerimento para casamento civil com isenção de custas; divórcio; formalização ou dissolução de união estável; regulamentação de guarda e visitas; conversão de união estável em casamento; entre outras.

As soluções foram buscadas, preferencialmente, por

via extrajudicial. Para as demandas que não puderam ser resolvidas de forma consensual, serão ajuizadas ações. No total, foram atendidas 463 famílias.

O mutirão aconteceu de forma dinâmica. O coordenador Local da DPMG em Uberlândia, defensor público Clayton Rodrigues Sabino Barbosa, explica que “para aqueles que se inscreveram no início de abril já foram feitas a intimação da outra parte e a ação. Nesse caso, essas pessoas já pegaram o resultado final durante o mutirão”.

continua >>

AÇÕES EM DESTAQUE: MAIS DE 450 FAMÍLIAS SÃO ATENDIDAS EM UBERLÂNDIA



A abertura do Mutirão das Famílias da DPMG em Uberlândia contou com a presença de diversas autoridades: o assessor institucional, Wilson Hallak Rocha, representando o defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares; os coordenadores Local e da Regional Triângulo II, defensores públicos Clayton Rodrigues Sabino Barbosa e Evaldo Gonçalves da Cunha; além dos defensores da comarca e autoridades locais.



Durante todo o dia, defensores públicos atenderam os inscritos, orientando sobre os processos que já foram ajuizados e recebendo a documentação para as ações que serão propostas.

Em uma segunda etapa, o Poder Judiciário e o Ministério Público irão determinar uma data para marcação concentrada de audiência de homologação, ratificação ou de conciliação das ações judiciais interpostas.

Promover a estruturação familiar e colaborar para a

prevenção da inserção dos jovens na criminalidade foram os principais objetivos da iniciativa.

Apoio – De iniciativa da unidade da Defensoria Pública de Minas Gerais em Uberlândia, o “Mutirão das Famílias” contou com o apoio do Tribunal do Estado, Ministério Público, Prefeitura de Uberlândia, Câmara Municipal, cartório de Registro Civil, Adep-MG, Grafiti Comunicação Total, Aline Editora e Artes Gráficas e Icasu.

Secretaria de Estado de Educação readmite auxiliar de serviços após procedimento extrajudicial da DPMG

Por meio da atuação da Defensoria Pública de Minas Gerais, o assistido Antônio Manuel Tavares Pinto Silva foi readmitido pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG), na função de Auxiliar de Serviços de Educação Básica.

De nacionalidade portuguesa, o assistido havia sido irregularmente desligado dos quadros do serviço público, por exigência de resolução da SEE-MG que dispõe sobre os critérios e define procedimentos para a inscrição, classifica-

ção e designação de candidatos para o exercício de função pública na Rede Estadual de Ensino.

Após procedimento instaurado de forma extrajudicial pela defensora pública Rachel Passos, que atua na Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH) e esteve à frente do caso, a SEE-MG reconheceu a omissão existente na resolução, revendo o ato administrativo e autorizou o retorno do assistido à função.

[Veja matéria na íntegra](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

Dia da Mãe Trabalhadora na Pedreira Prado Lopes

A Defensoria Pública de Minas Gerais, por meio das defensoras públicas Maria Cecília Oliveira e Samantha Vilarinho Mello Alves, em atuação na Defensoria Especializada na Defesa dos Direitos da Mulher em Situação de Violência (Nudem-BH), participou do “Dia da Mãe Trabalhadora – Ser mãe com direitos”, realizado no Galpão Cultural Pátria Livre, na Pedreira Prado Lopes. A atividade, promovida pela Ocupação Pátria Livre, ocorreu no sábado, 11 de maio.

A iniciativa contou com orientações jurídicas, prestadas pelos defensores públicos nas áreas de direitos

da mulher, pensão alimentícia, registro de paternidade, separação judicial, juros de dívidas, financiamentos e direitos dos presos.

A ação ofereceu ainda atividades para as crianças, esclarecimento de dúvidas sobre a previdência, orientação de prevenção à saúde, além de sorteios.

Estiveram presentes também no evento os defensores públicos mineiros Renata Simião Gomes, Marolinta Dutra e Bruno Barcala Reis, em atuação na Defensoria Cível, Juizado Especial Criminal e Defensoria Especializada de Saúde, respectivamente.

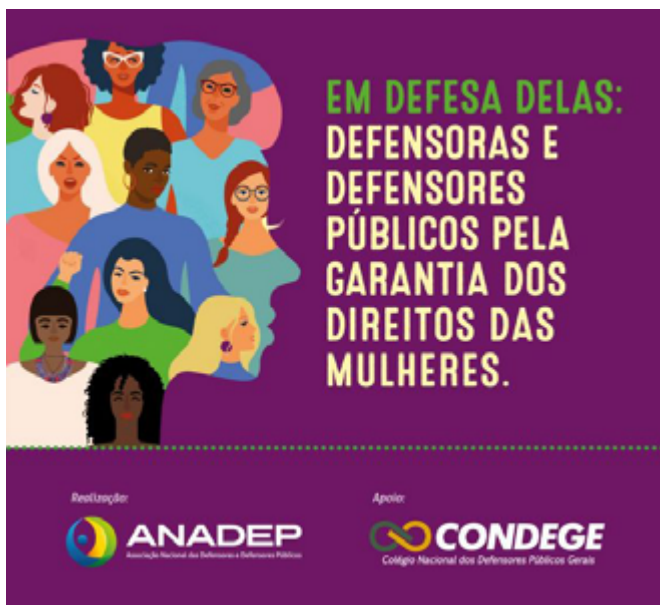


Defensores públicos Samantha Vilarinho (4ª posição), Bruno Barcala (5ª posição), Renata Simião (6ª posição) e Maria Cecília Oliveira (7ª posição), acompanhados pelos demais profissionais envolvidos na atividade



Defensora pública Marolinta Dutra durante atendimento na Pedreira Prado Lopes

Lançamento de campanha nacional sobre direitos das mulheres



A Defensoria Pública de Minas Gerais, por meio da defensora pública Samantha Vilarinho Mello Alves, coordenadora em exercício da Defensoria Especializada na Defesa dos Direitos da Mulher em Situação de Violência (Nudem-BH), participou do lançamento da campanha “Em Defesa Delas: defensoras e defensores públicos pela garantia dos direitos das mulheres”, promovida pela Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep).

O evento aconteceu no dia 3 de maio, no vão do Masp (Museu de Arte de São Paulo), na capital paulista.

Durante a estreia foi realizado atendimento psicossocial e jurídico gratuito, exposição temática e rodas de conversas, com apoio do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (Nudem), da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, movimentos sociais e usuárias dos serviços da Defensoria.

continua >>

AÇÕES EM DESTAQUE: LANÇAMENTO DE CAMPANHA NACIONAL SOBRE DIREITOS DAS MULHERES

A iniciativa, que terá a duração de um ano, tem como objetivo apresentar à população o trabalho da Defensoria Pública em favor das mulheres que necessitam de acesso à Justiça para a garantia dos seus direitos.

A campanha da Anadep tem apoio da Associação Paulista de Defensores Públicos (Apadep), da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPE-SP) e do Colégio Nacional de Defensores Gerais (Condege).

Rede de Enfrentamento

A Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, definida como a atuação articulada entre as instituições do poder público e a sociedade civil organizada

para enfrentamento à violência de gênero contra a mulher, realiza uma reunião ordinária por mês.

O encontro contou com a presença da defensora pública Maria Cecília Oliveira, em atuação na Especializada na Defesa dos Direitos da Mulher em Situação de Violência (Nudem-BH), e representantes de instituições do Poder Público, como Ministério Público, Polícia Civil, Poder Legislativo, Secretarias e Conselhos Nacionais, Estaduais e Municipais, além de movimentos da sociedade civil.

A Rede vem traçando uma estratégia de atuação para que esse centro seja mantido e tenha seus serviços melhorados, a fim de atender da melhor forma as mulheres em situação de violência.

Com informações da Anadep



No dia 3 de maio, foi a vez da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais sediar a reunião ordinária da rede, na sede I da Instituição. O encontro coincidiu com o período em que é comemorado todo ano o mês das defensoras e defensores públicos.

Defensoria Pública de Minas Gerais vai ao canteiro de obras para falar sobre violência contra a mulher

“Essa lei aí, a Maria da Penha, não favorece em nada os homens, né? Então, o homem não tem direito a mais nada?”

Para ajudar a desmistificar pensamentos assim e que podem acabar em atos de violência contra a mulher, a defensora pública de Minas Gerais, Samantha Vilarinho Mello Alves, falou sobre o tema em um canteiro de obras da Construtora Altti, em Belo Horizonte.

A atividade aconteceu na manhã do dia 23 de abril, em uma iniciativa da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência (Comsiv), do Tribunal de Justiça de

Minas Gerais (TJMG), em parceria com o Serviço Social da Indústria da Construção Civil no Estado de Minas Gerais (Seconci-MG).

Cerca de 80 trabalhadores participaram do bate-papo com a defensora. “A Lei Maria da Penha é a mais conhecida do Brasil. Quase 100% dos brasileiros já ouviram falar sobre ela, mas será que sabem o que está escrito na Lei?”, disse Samantha Vilarinho diante de uma plateia formada só por homens.

continua >>

AÇÕES EM DESTAQUE: DPMG VAI AO CANTEIRO DE OBRAS ...



Além da defensora pública Samantha Vilarinho Mello Alves, a atividade contou também com a presença da supervisora do Departamento de Serviço Social do Seconci-MG, Sylvia Helena Macedo Costa, e do técnico em Segurança do Trabalho da Construtora Altti, Euler Marconi Honório

De acordo com a coordenadora da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (COMSIV) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargadora Alice Birchal, a iniciativa de debater o tema em locais de concentração de homens existe em alguns tribunais do país e que a intenção é levar informações jurídicas, discutir a questão comportamental e ouvi-los.

Em tempo – “Sim, tem direito de respeitar a mulher”. Foi a resposta da defensora pública à indagação feita no início da palestra: “Então, o homem não tem direito a mais nada?”.

Defensoria Especializada – Em Belo Horizonte, a Defensoria Especializada na Defesa do Direito da Mulher em Situação de Violência conta com a atuação de quatro defensoras públicas. Em 2018, a Especializada realizou 4.189 atendimentos. Até março deste ano, foram 892.

Em 1987, motivada pelo início das denúncias de vio-

lência contra as mulheres, a Defensoria Pública de Minas Gerais instalou um núcleo de atuação dentro da Delegacia de Mulheres. Na época, as representantes da DPMG que atuavam na delegacia esclareciam as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar sobre seus direitos e prestavam orientações sobre o que é importante em um registro de boletim de ocorrência.

Visando promover o atendimento especializado e de forma individual às mulheres, e garantir o acesso delas à Justiça, em uma iniciativa precursora, em agosto de 2005, foi implantado, à época, o chamado Núcleo de Defesa dos Direitos das Mulheres em Situação de Violência Doméstica de Belo Horizonte (Nudem-BH), na sede da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais. Sua fundação, anterior à Lei Maria da Penha – Lei nº 11.340/2006, demonstra a atenção da Instituição às necessidades da população mineira e o pioneirismo da iniciativa.

[Leia a matéria na íntegra](#)

Palestra sobre violência contra mulher para alunos de curso superior

A defensora pública Maria Cecília Oliveira, em atuação no Nudem-BH (foto ao lado), ministrou palestra para alunos do curso superior de Tecnologia, na Faculdade Ipedem, em Belo Horizonte, no dia 30 de abril. A defensora falou sobre as diferentes modalidades da violência contra a mulher, abordando também os mecanismos de proteção da Lei Maria da Penha e órgãos de acolhimento e proteção à mulher em situação de violência.

A atividade fez parte de um ciclo de palestras, organizadas pela coordenação do curso, que visa debater com os alunos temas de relevância social.



AÇÕES EM DESTAQUE

II Fama Minerais – Fórum Alternativo das Águas, em Cambuquira

O defensor público Roger Vieira Feichas, em atuação em São Lourenço, participou do II Fama Minerais – Fórum Alternativo das Águas, realizado em Cambuquira. O evento, no dia 14 de abril, foi uma iniciativa da ONG Nova Cambuquira, em parceria com o Núcleo de Estudos em Administração Pública e Gestão Social (Neapegs), da Universidade Federal de Lavras (Ufla).

O Fórum, que reuniu pesquisadores, organizações da sociedade civil, órgãos governamentais e comunidade, entre outros atores e instituições, teve como objetivo enriquecer reflexões que contribuam para o reconhecimento das águas minerais como direito humano.

Roger Feichas também apresentou a atuação da DPMG perante o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que decidiu recomendar ao novo gestor das águas em São Lourenço que se reporte aos órgãos ambientais sobre os atos que possam gerar impacto ambiental envolvendo a aquisição da Nestlé Waters pelo Grupo Edson Queiroz. A decisão atendeu à proposta da Defensoria de Minas em São Lourenço, por meio do Ato de Concentração nº 08700.002737/2018-19.

Durante a conferência, o defensor público Roger Feichas (foto ao lado, à esq.) participou de seminários temáticos, visando incluir a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) nos debates sobre a defesa das águas minerais de forma interdisciplinar.



Palestra sobre *bullying* e *cyberbullying* em Curvelo

O coordenador da Regional Jequitinhonha e Local da DPMG em Curvelo, defensor público Adalberto Pelli, ministrou palestra com o tema “Bullying e Cyberbullying”, na Escola Estadual Interventor Alcides Lins, em Curvelo. O defensor público falou para alunos do 9º ano do ensino fundamental, no dia 26 de abril.

Adalberto Pelli ressaltou a importância do tema *bullying*, afirmando que atitude como essa deve ser combatida de forma preventiva. O defensor público abordou também a igualdade racial e a orientação sexual, temas que podem conduzir as situações de *bullying*.

O convite partiu da aluna Ana Clara, representante de classe, e do diretor da escola, Edivaldo Carlos da Fonseca, por meio do relato de problemas que vêm ocorrendo na instituição, especialmente, o *cyberbullying*, ou seja, a intimidação sistemática promovida através de redes sociais, com o uso da internet e smartphones.



Palestra para alunos de Direito em Ouro Fino

O defensor público Evandro Luiz dos Santos, em atuação na Defensoria Pública em Ouro Fino, ministrou palestra para alunos do curso de Direito das Faculdades Integradas Asmec de Ouro Fino/MG. A atividade aconteceu no dia 7 de maio.

Na oportunidade, o defensor palestrou sobre a Defensoria Pública e apresentou a Instituição para os estudantes. Também participou da palestra o defensor público Francisco Saber, em atuação na comarca de Borda da Mata.

AÇÕES EM DESTAQUE

Palestra na abertura do I Seminário de Articulação em Direitos Humanos do Norte de Minas

A defensora pública Ana Cláudia da Silva Alexandre Storch, em atuação na Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), representou a Defensoria Pública de Minas Gerais na mesa de abertura do I Seminário de Articulação em Direitos Humanos do Norte de Minas, promovido pelo Centro de Referência em Direitos Humanos Norte (CRDH-Norte), em Montes Claros. A atividade aconteceu no dia 3 de maio, na Câmara Municipal de Montes Claros.

No evento, que teve como tema “Direitos Humanos e

Sociedade do Bem Viver no Contexto Norte Mineiro – desafios e perspectivas”, a defensora pública falou sobre a luta por direitos humanos no contexto atual. Esteve presente também no evento a defensora pública Maurina Fonseca Matos, em atuação na comarca de Montes Claros.

O Centro de Referência em Direitos Humanos Norte (CRDH-Norte) é um projeto desenvolvido pela Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais, em parceria com o Governo de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (Sedpac).



Defensora pública Ana Cláudia da Silva Alexandre Storch (5ª posição, a partir da esq.) compõe mesa de abertura, acompanhada dos demais participantes



A partir da esq.: a coordenadora da CRDH-Norte, Julia Veloso; e as defensoras públicas Ana Cláudia Storch e Maurina Fonseca Matos

DPMG obtém liminar suspendendo a cobrança de tarifas ilegais da BHTrans

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG) obteve liminar em Ação Civil Pública (nº 0024.19.500747-2) proposta em face da BHTrans, do município de Belo Horizonte e do Consórcio 2S BH, determinando a suspensão de tarifas ilegais cobradas a título de serviço bancário.

“O pátio de veículos apreendidos – Consórcio 2S BH – vinha cobrando, juntamente com o preço público, pela remuneração da estadia e da remoção, a referida tarifa de serviço bancário que ele mesmo contratou em benefício próprio, e, no entanto, repassava indevidamente aos proprietários, com autorização expressa da BHTrans e da Prefeitura de Belo Horizonte, mas em franca contrariedade com a legislação”, explica o defensor público Gustavo Dayrell. O valor da tarifa do serviço bancário, atualmente R\$ 5,20, é extremamente oneroso, já que corresponde a quase 17% do valor da diária de estadia de uma motocicleta, por exemplo, que é de R\$ 30,54.

Foi requerido o ressarcimento em dobro de toda a cobrança ilegal, bem como a compensação por danos morais coletivos não inferiores a R\$ 5 milhões.

A ação foi proposta pelos defensores públicos Gustavo Dayrell, em atuação na DPMG em Janaúba, e Rachel Aparecida de Aguiar Passos, da Defensoria Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais.

[Acesse aqui a petição inicial](#)

[Acesse aqui a decisão](#)

NA MÍDIA

[G1 Minas](#)
[Jornal Estado de Minas](#)
[R7 Minas](#)

[Jornal Hoje Em Dia](#)
[BHAZ](#)
[Jornal O Tempo](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

Mesa de negociação com moradores de ocupação

A defensora pública Ana Cláudia da Silva Alexandre Storch, em atuação na Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), participou de audiência pública no dia 11 de abril, promovida pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). A suspensão das negociações da Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais foi o tema da reunião.

Criada em 2015, a Mesa de Diálogo busca alternativas de moradia antes da execução de ações de despejo, visando garantir o acesso à cidade e o direito ao trabalho. Além da Defensoria Pública de Minas Gerais, secre-

tarias, Assembleia Legislativa, instituições do Sistema de Justiça e representantes de movimentos populares integram a Mesa.

Representantes do governo presentes à audiência, contudo, contestaram a informação de que a Mesa será extinta, alegando que os trabalhos foram suspensos apenas para reanálise e também devido ao processo de transição entre secretarias.

Além da autora do requerimento para realização da audiência e vice-presidente da comissão, deputada Andréia de Jesus, também participaram outros parlamentares estaduais e municipais, representantes da Secretaria de Estado de Governo e do Ministério Público de MG.



Defensora pública Ana Cláudia Storch: "Temos compromisso com a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais; e a Mesa de Diálogo serve para encontrar soluções alternativas dignas e não com uma visão apenas patrimonial"



Moradores e apoiadores de ocupações e de movimentos pela habitação popular presentes na audiência manifestaram o receio de que essa instância de negociação venha a ser extinta com a reforma administrativa do Governo Estadual e reivindicaram a reinstalação da Mesa.

Situação das comunidades quilombolas em Minas Gerais

A defensora pública Ana Cláudia da Silva Alexandre Storch participou também de audiência pública, no dia 2 de maio, na qual foi denunciado que o estudo que baseou a decisão do Conselho Municipal do Desenvolvimento do Meio Ambiente (Codema), autorizando empreendimento da Herculano Mineração no município do Serro, é uma fraude e omite o fato de que os recursos hídricos serão afetados.

Ana Cláudia Storch se comprometeu a abrir pro-

cedimento na Defensoria Pública de Minas Gerais para apurar o caso e, se necessário, levá-lo até aos tribunais internacionais para garantir a obediência ao Direito de Consulta previsto na Convenção 169 da OIT.

Também foi debatido, durante a a, o direito à consulta das comunidades para autorização de empreendimentos minerários em territórios quilombolas.

Audiência pública foi promovida pela Comissão de Direitos Humanos da ALMG.

Com informações da ALMG

AÇÕES EM DESTAQUE

Mais inclusão para o jovem surdo em Minas Gerais

O defensor público Luís Renato Braga Arêas Pinheiro, que também é coordenador adjunto da Comissão Especial do Direito da Pessoa com Deficiência da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep), participou de audiência pública sobre a situação do jovem surdo em Minas Gerais. A reunião, promovida pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), aconteceu no dia 11 de abril.

Na oportunidade foram abordadas as dificuldades que a população com deficiência auditiva encontra diariamente. O defensor público Luís Renato Braga afirmou que os órgãos públicos e privados interpretam de forma muito restritiva a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, em vigor desde 2015.

Ele usou como exemplo as salas de cinema e teatro que adaptam uma pequena parte das cadeiras para o uso de pessoas com deficiência. Segundo Braga, conforme prevê o princípio constitucional da igualdade, o certo seria que todas as cadeiras atendessem ao uso de pessoas com deficiência. Os assentos devem atender igualmente às pessoas com deficiência e aquelas que não possuem deficiência, seguindo o modelo arquitetônico do desenho universal.

Durante a reunião também foi defendido pelos pre-

Foto: Willian Dias/ALMG



Defensor público Luís Renato Braga Arêas Pinheiro fala sobre a Lei de Inclusão

sentes que a língua brasileira de sinais (libras) se torne uma disciplina escolar obrigatória para todos.

Além do defensor público Luís Renato Braga, estiveram presentes na audiência parlamentares da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e também da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Com informações da ALMG

Seminário sobre a construção da Lei Municipal de Inclusão, em BH

O defensor público Luís Renato Braga Arêas Pinheiro participou também do 5º Seminário para Construção da Lei Municipal de Inclusão. O evento, promovido pela Câmara Municipal de Belo Horizonte, aconteceu no dia 08 de maio.

Luís Renato Braga, em atuação em Betim, proferiu a palestra “Pessoa com Deficiência: Direito à Saúde. Da Legislação à Prática”, na qual abordou a legislação referente ao direito à saúde da pessoa com deficiência, especificando os serviços que devem ser ofertados desde a Atenção Básica no posto de saúde à Atenção Especializada nos centros de Reabilitação e Hospitalar de Urgência e Emergência.

O seminário discutiu a inclusão das pessoas com deficiência na rede de serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) e sua habilitação e reabilitação, que compreendem um conjunto de ações e serviços orienta-

dos a ampliar a capacidade funcional e o desempenho desses indivíduos.

A iniciativa busca também desenvolver potencialidades, talentos, habilidades e aptidões que contribuam para a conquista da autonomia e a participação social em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas. O processo prevê uma abordagem interdisciplinar e o envolvimento direto de profissionais, cuidadores e familiares.

Estiveram presentes também no evento parlamentares, gestores do SUS, representantes de Conselhos e Comissões de Defesa da Pessoa com Deficiência, profissionais envolvidos com a temática, como psiquiatras, psicólogas, advogados, demais autoridades, entre outros.

Com informações da Câmara Municipal de Belo Horizonte

HOMENAGENS

Defensoria Pública de Minas Gerais é homenageada com a Medalha da Inconfidência por sua atuação em Brumadinho

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG) foi agraciada com a Medalha da Inconfidência, mais alta comenda concedida pelo Governo do Estado a personalidades e instituições que contribuíram para o desenvolvimento de Minas Gerais e do Brasil. A solenidade de condecoração foi realizada no dia 21 de abril, em Ouro Preto.

Além da DPMG, foram agraciados os Bombeiros de Minas e de outros estados; as Polícias Militar e Civil; e a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (Cedec), entre outros. Homenageado com o Grande Colar, distinção máxima da condecoração, o presidente da República, Jair Bolsonaro, não pôde comparecer.

O coordenador do Núcleo Estratégico da Defensoria Pública de Proteção aos Vulneráveis em Situações de Crise, Antônio Lopes de Carvalho Filho, que atua na linha de frente, em Brumadinho, recebeu a condecoração, no Grau Grande Medalha, das mãos do governador do Estado, Romeu Zema, representando a DPMG.

Também participou da solenidade o defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares. O DPG estava acompanhado pelo chefe da Assessoria Militar da DPMG, ten. cel. Antoniezio Alves de Sousa.

“É um reconhecimento importante, muito valioso para a Defensoria Pública de Minas Gerais, neste momento em que tantas pessoas precisam do nosso apoio em Brumadinho. Estamos honrados em receber esta distinção ao lado dos Bombeiros, da Polícia Militar, da Defesa Civil. Isso demonstra que estamos no caminho certo neste trabalho incansável de todas estas instituições para minimizar a dor provocada por esta tragédia”, ressalta o defensor público-geral, Gério Patrocínio Soares.



Foto: Gil Leonardi/Imprensa MG



Neste ano, as homenagens foram concedidas especialmente às Forças de Segurança de Minas Gerais e de outros estados que trabalharam e ainda atuam em Brumadinho, após o rompimento da barragem da Vale S.A., que causou uma das maiores tragédias humanas e ambientais do mundo. No alto, o defensor público Antônio Lopes de Carvalho Filho recebe a distinção

DPMG É HOMENAGEADA COM A MEDALHA DA INCONFIDÊNCIA ...

Em seu discurso, o governador fez uma homenagem aos “heróis mineiros do Corpo de Bombeiros Militar, da Defesa Civil, da Polícia Militar e da Polícia Civil que doaram suas vidas para salvar outras”. Ele também conclamou os Poderes para que seja feito um pacto em prol de Minas. “Temos de olhar para frente, buscar novas práticas, agir diferente, ser eficiente. Não há outro caminho, só há uma direção, a da ação”, disse.

Medalha da Inconfidência – Criada em 1952 pelo governador Juscelino Kubitschek, a Medalha da Inconfidência possui quatro designações. Além do Grande Colar, neste ano foram 30 agraciados com a Grande Medalha, 52 com a Medalha de Honra e 43 com a Medalha da Inconfidência.

De acordo com a Constituição do Estado, o governador decreta a transferência simbólica da capital de Minas Gerais para Ouro Preto. A cidade foi a capital mineira de 1823 até 1897.

À esq., o defensor público Antônio Carvalho; governador Romeu Zema; e o DPG Gério Patrocínio



Foto: Gil Leonardi/Imprensa MG



Defensor-geral, Gério Patrocínio (1ª fila, 2ª posição, à direita), compõe o dispositivo de honra

14 anos
VI CONCURSO DPMG
Maio 2005

8 anos
VI CONCURSO DPMG
1ª TURMA | Maio 2011

PARABÉNS aos defensores públicos empossados em Maio de 2005 e 2011

A Defensoria Pública de Minas Gerais cumprimenta os defensores públicos do IV Concurso e da 1ª turma do VI Concurso, empossados em Maio de 2005 e de 2011 respectivamente, por conferirem igualdade e cidadania aos cidadãos vulneráveis do estado.

MAIO 2019



DPMG PARTICIPA

Inauguração de órgão para o combate à violência contra as mulheres

As defensoras públicas Maria Cecília Pinto e Oliveira e Laurelle Carvalho de Araújo, em atuação na Defensoria Especializada na Defesa da Mulher em Situação de Violência, representaram a Defensoria Pública de Minas Gerais na inauguração do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (CAO-VD), do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG).

Para marcar a inauguração, ocorrida no dia 12 de abril no auditório Vermelho do MPMG, foram realizadas discussões em torno da construção das diretrizes mineiras para

o enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher. A defensora pública Laurelle Carvalho participou de uma das discussões, juntamente as demais autoridades envolvidas na temática, para debater e refletir sobre o assunto.

Na abertura estavam presentes o procurador-geral de Justiça, Antônio Sérgio Tonet; o diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) do MPMG, Edson Ribeiro Baeta; o conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, Valter Shuenquener; e a coordenadora do CAO-VD Patrícia Habkoux.

Em seguida, houve uma palestra sobre o “acesso à Justiça para mulheres em situação de violência”, ministrada pela consultora da ONU Mulheres no Brasil, Aline Yamamoto. O encerramento contou com a presença da ministra do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia Antunes Rocha.

Com informações do MPMG



Da esquerda para a direita, a delegada da Polícia Civil e chefe do Departamento Estadual de Investigação, Orientação e Proteção à Família, Carla Cristina Vidal; a coordenadora de Proteção contra a Violência Doméstica, major PM Cleide; a desembargadora Alice de Souza Birchall; a coordenadora do CAO-VD, Patrícia Habkoux; o conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, Valter Shuenquener; e a defensora pública Laurelle Carvalho

Encontro de juízes dos Juizados Especiais

O assessor de Planejamento e Infraestrutura, defensor público Rafael de Freitas Cunha Lins, representou a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais na solenidade de abertura do VII Encontro de Juízes dos Juizados Especiais (VII Enjesp).

A abertura do evento aconteceu no dia 25 de abril, no Auditório do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça de Mi-

nas Gerais (TJMG), e prosseguiu também no seguinte 26, incluindo atividades teóricas e práticas para cerca de 150 juízes que atuam nessas unidades jurisdicionais.

O Enjesp é uma realização do Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais e da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef).

Com informações do TJMG



Mesa de honra: o assessor de Planejamento e Infraestrutura, Rafael de Freitas Cunha Lins (3ª posição, à direita), em cerimônia que contou com a presença do presidente do TJMG e do Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais, desembargador Nelson Missias de Moraes; da 2ª vice-presidente do TJMG e superintendente da Ejef, desembargadora Áurea Maria Brasil Santos Perez; entre outras autoridades.

DPMG PARTICIPA

Posse de promotores de Justiça do estado

O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, foi representado pelo assessor Rafael de Freitas Cunha Lins na sessão solene de posse e exercício de promotores de Justiça substitutos aprovados

no LVI Concurso para Ingresso na Carreira do Ministério Público.

A cerimônia aconteceu no dia 26 de abril, na Procuradoria-Geral de Justiça.

Foto: MPMG

Assessor de Planejamento e Infraestrutura, defensor público Rafael de Freitas Cunha Lins (4ª posição, à direita), compõe a mesa de honra



Palestra do ministro da Justiça e encontro com o Executivo

A chefe de Gabinete da Defensoria Pública de Minas Gerais, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, representou a Instituição em encontro do governador de Minas Gerais, Romeu Zema, do ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, e do secretário de Estado de Segurança Pública, general Mario Araujo, realizado no dia 26 de abril, na Cidade Administrativa, em Belo Horizonte. Debater políticas públicas de combate ao crime foi o objetivo da reunião, que contou também com palestra do ministro.

O governador apresentou alguns resultados alcançados por sua gestão na redução de índices de criminalidade. De acordo com ele, no primeiro trimestre deste ano, comparado com o mesmo período do ano passado, o número de roubos em Minas Gerais caiu 32%. Foram 7.110 registros a menos nos primeiros três meses deste ano. O total de homicídios também diminuiu 16%. Dos 12 crimes monitorados pela Secretaria de Estado de Segurança Pública, por meio do Observatório de Segurança, 11 tiveram redução.

O ministro da Justiça, Sérgio Moro, que proferiu palestra sobre o tema “Segurança Pública”, defendeu a união entre governos federal e estadual na luta contra a



A chefe de Gabinete da Defensoria Pública de Minas Gerais, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias (à direita)

criminalidade “mais organizada e violenta”, e contra os crimes praticados na administração pública.

O secretário de Segurança Pública, general Mario Araujo, apontou resultados e números da segurança pública de Minas Gerais e destacou o desafio de integrar todas as ações das forças de segurança para alcançar os resultados ideais.

Com informações da Agência Minas

DPMG PARTICIPA

Homenagem a desembargador na Assembleia de Minas

Foto: Guilherme Bergamini / ALMG



A Defensoria Pública de Minas Gerais foi representada pelo assessor institucional, Wilson Hallak Rocha, na Reunião Especial destinada à entrega do Título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Jair José Varão Pinto Júnior.

O título foi concedido pelo Executivo e a cerimônia foi realizada no Plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, na noite do dia 29 de abril.

O assessor institucional, Wilson Hallak Rocha (1ª posição à direita), durante solenidade na Assembleia Legislativa de Minas Gerais

Seminário sobre a situação econômica do Estado

O assessor de Planejamento e Infraestrutura, Nikolas Stefany Macedo Katopodis, representou a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) no seminário “Os Desafios Fiscais dos Estados”, organizado pelo Governo estadual. O evento ocorreu no dia 30 de abril, no auditório do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG).

O objetivo do seminário foi discutir a situação econômica do Estado e soluções para o déficit atual das contas. O governador de Minas Gerais, Romeu Zema, que esteve presente no evento, falou que o quadro grave das contas estaduais prejudica a qualidade dos serviços oferecidos aos cidadãos. Ele também destacou a necessidade de buscar soluções, como a adesão de Minas Gerais ao Plano de Recuperação Fiscal junto à União.

Durante a atividade também foram discutidos temas como a reforma da Previdência, a redução de gastos da máquina pública e ajustes fiscais para promover o desenvolvimento econômico.

Também estiveram presentes o defensor público e assessor de Planejamento e Infraestrutura, Rafael de Freitas Cunha Lins; o superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças da DPMG, Diego Mendes de Souza; secretário de Estado da Fazenda, Gustavo Barbosa; o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida; o secretário de Previdência do Ministério da Economia, Leonardo Rolim; o ex-governador do Espírito Santo, Paulo Hartung; e as economistas Ana Carla Abrão e Elena Landau.

Com informações da Agência Minas



O assessor de Planejamento e Infraestrutura, Nikolas Stefany Macedo Katopodis (1ª posição, à direita), compõe a mesa de abertura

DPMG PARTICIPA

Apresentação dos projetos sociais do Executivo Municipal

A defensora pública e coordenadora de Projetos, Convênios e Parcerias (CooProC), Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser, representou a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) na reunião de apresentação dos projetos sociais desenvolvidos pelo Executivo Municipal, realizada no dia 2 de maio, na Procuradoria Geral do Município (PGM), na sede da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH).

A atividade, desenvolvida pela PBH, por meio da PGM, foi feita com o objetivo de apresentar as políticas públicas, além de buscar a atuação coordenada e a solução extrajudicial das demandas.

Participaram também do encontro os defensores públicos Adriano Marggraff Vital Ferreira e Cleide Aparecida Nepomuceno, em atuação na Defensoria Especializada de Infância e Juventude – Cível e na Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), respectivamente.



A partir da direita, os defensores públicos Cleide Nepomuceno (2ª posição), Michelle Lopes (3ª pos.) e Adriano Marggraff (5ª pos.)

Transmissão de chefias da Polícia Militar de Minas Gerais

O defensor público Luís Ernesto da Silva Soares representou a DPMG na solenidade de passagem de comando da Diretoria de Educação Escolar e Assistência Social (DEEAS), da Polícia Militar de Minas Gerais. O evento ocorreu no dia 24 de abril, no auditório do Colégio Tiradentes Argentino Madeira, em Belo Horizonte.

Também foi realizada a inauguração do retrato do ex-diretor na sala de reuniões do instituto.



O coronel Welerson Conceição Silva, que assumiu o comando da DEEAS, e o defensor público Luís Ernesto

Passagem de comando do Colégio Tiradentes

Foto: PMMG



O defensor público Luis Ernesto da Silva Soares esteve também na solenidade de passagem de comando do Colégio Tiradentes, da Polícia Militar da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Durante a cerimônia, que aconteceu no dia 30 de abril, a tenente-coronel Lívia Neide de Azevedo Alves passou o comando para a tenente-coronel Ana Paula de Lima Garcia Neves.

O defensor público Luís Ernesto (3ª posição, a partir da esquerda)

DPMG PARTICIPA

Solenidade de formatura de investigadores da Polícia Civil



O defensor público e assessor institucional, Wilson Hallak Rocha, acompanhado pelo chefe da PCMG, o delegado-geral Wagner Pinto de Souza, e pelo presidente do TJMMG, James Ferreira Santos

O defensor público e assessor institucional da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), Wilson Hallak Rocha, compareceu à solenidade de conclusão do Curso de Formação Técnico-Profissional da Polícia Civil. O evento ocorreu no dia 30 de abril, no Auditório JK, na Cidade Administrativa.

A cerimônia contou com a presença do governador de Minas Gerais, Romeu Zema, que parabenizou os 67 formandos.

Além do defensor público Wilson Hallak e do governador Romeu Zema, estiveram presentes o chefe da Polícia Civil de Minas Gerais, delegado-geral Wagner Pinto de Souza, e a diretora da Academia de Polícia Civil, Cinara Maria Moreira Liberal.

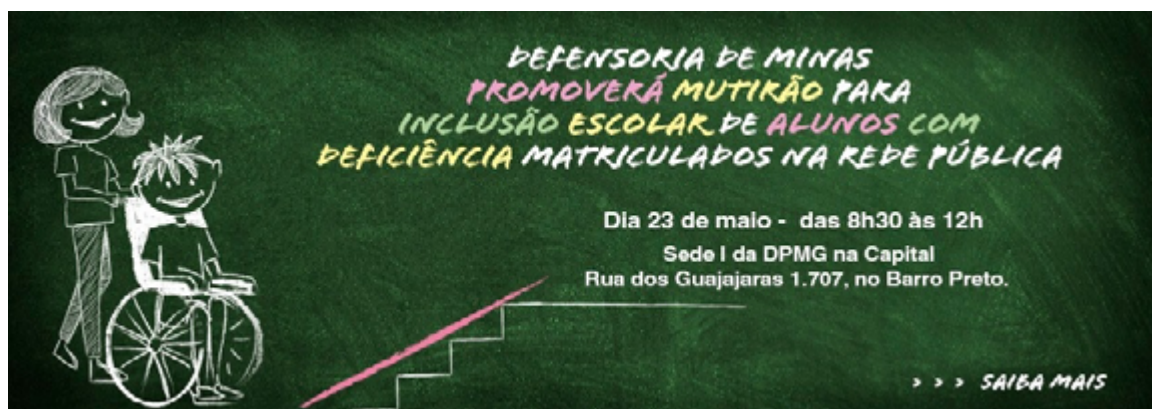
CONVITES

Convite: Palestra com Moacyr Castellani – 22/5 – 10h – Auditório da sede I da DPMG

“Você está ligado em quais são as competências mais importantes de um profissional de sucesso, hoje e no futuro? Você já refletiu sobre o que é relevante e importante desenvolver em relação a sua carreira?”

Participe da reflexão e bate-papo com o coach, administrador de empresas e psicólogo Moacyr Castellani!

[Veja aqui o vídeo](#)



CONVITES



CASAMENTO COMUNITÁRIO 2019

INSCRIÇÕES ABERTAS E LIMITADAS

SETE LAGOAS De 01 de março a 01 de abril Cerimônia: 31 de maio	GUANHÃES De 11 de março a 15 de abril Cerimônia: 30 de maio	UBÁ De 11 março a 15 de março Cerimônia: 03 de agosto
PEDRO LEOPOLDO De 18 de março a 30 de abril Cerimônia: 29 de julho	PONTE NOVA De 18 de março a 20 de maio Cerimônia: 29 de junho	

Realização:

Saiba mais >>

BOLETIM INFORMATIVO DA DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Produção e diagramação: Ascom/DPMG



COMUNICADOS INTERNOS

DEFENSORIA-GERAL INFORMA

• **Plantão dos finais de semana e feriados referente a processos de execução penal que tramitam no SEEU**

Conforme a Resolução nº 123/2019, de 09/05, foi aberto edital de consulta para inscrição de defensores públicos interessados em cooperarem voluntariamente no plantão dos finais de semana e feriados, para fins de análise e adoção das providências necessárias, acerca das medidas urgentes referentes aos processos eletrônicos de execução penal e seus incidentes em primeiro grau de jurisdição, que tramitam no Sistema Eletrônico de Execução Penal Unificada (SEEU).

A escala de defensores públicos designados para atuar remota e voluntariamente no plantão regionalizado, assim como outras providências afins, foi estabelecida na Resolução nº 131/2019, publicada no dia 15/05/2019.

[Acesse aqui a Resolução 130/2019](#)

• **Inscrições abertas para cooperação voluntária no Mutirão do Complexo Penitenciário Público-Privado de Ribeirão das Neves**

A Resolução nº 124/2019 abriu inscrições para defensores públicos cooperarem, voluntariamente, no Mutirão do Conselho Disciplinar do Complexo Penitenciário Público-Privado (CPPP), que será realizado entre os dias 20 e 31 de maio, na comarca de Ribeirão das Neves.

Estão habilitados todos os defensores não integrantes da Defensoria da Execução Penal de Ribeirão das Neves. A cooperação será realizada sem prejuízo das atribuições do cargo no órgão de atuação do cooperador.

Os interessados devem solicitar inscrição por e-mail direcionado ao endereço gabinete@defensoria.mg.def.br especificando os dias para os quais estão se inscrevendo.

[Leia aqui a Resolução nº 124/2019](#)

Fonte: Ascom/DPMG (09/05/2019)

• **Contratação de empresa de vigilância armada patrimonial para as Unidades I, II e III da Capital**

A Defensoria Pública-Geral e a Subdefensoria Pública-Geral informaram que houve o encerramento do procedimento licitatório e a contratação da empresa SEGEX Segurança Privada, que já atuando, no momento, na segurança das Unidades I, II e III de Belo Horizonte, no período diurno.

A demanda por segurança privada vem sendo recebida em todas as consultas para formalização da proposta orçamentária anual, tanto de Defensores do Interior, quanto da Capital.

A Defensoria Pública-Geral e a Subdefensoria Pública-Geral estão atentas a essa demanda, mas o alto custo do serviço impede sua instalação imediata em todas as Unidades do Estado.

Diante disso, foi iniciada a execução de plano de segurança, ação inserida no Projeto n. 22 do Planejamento Estratégico, nas três Unidades de Belo Horizonte, em razão do fluxo de pessoas (aproximadamente 1000 pessoas por dia) e do número de ocorrências registradas na Assessoria Militar, envolvendo a segurança patrimonial e pessoal de Defensores Públicos, Servidores, Colaboradores, Estagiários e Assistidos.

A Defensoria Pública-Geral e a Subdefensoria Pública-Geral permanecem empenhadas no atendimento das necessidades de recursos humanos e infraestrutura das Comarcas e registram que a expansão do plano de segurança ocorrerá gradativamente às Unidades do Interior, tão logo haja disponibilidade orçamentária.

Fonte: Defensoria Pública-Geral (24/05/2019)

• **PJe: Emissão de protocolo de petições**

A Assessoria de Planejamento e Infraestrutura informa que a versão atual do PJe passou a contemplar a demanda da DPMG de emissão de protocolo de petições.

Para emitir o protocolo das petições, o defensor público deverá acessar, no Painel do Representante, a aba “Minhas Petições” e localizar o processo para emitir a cópia do recibo de protocolo.

Fonte: Ascom/DPMG (14/05/2019)

• **Defensoria Pública-Geral divulga o PGA 2019/2020**

No dia 9 de maio, durante a 3ª sessão extraordinária do Conselho Superior, a Defensoria Pública-Geral apresentou o Plano Geral de Atuação (PGA) 2019/2020, que foi referendado pelo órgão colegiado.

Previsto pela Lei Complementar 65/2003, o Plano Geral de Atuação consiste em um planejamento anual, que tem como finalidade a previsão de ações a serem implementadas pela Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, visando ao alcance de metas e resultados.

Como parte integrante da metodologia aplicada nos PGA's anteriores, abriu-se o prazo para sugestões de membros e servidores da Instituição, com consulta ampla a todos.

O PGA 2019/2020 foi elaborado sob a vigência do primeiro Planejamento Estratégico da DPMG, de modo que todos os planos de ação elencados estão em alinhamento com os objetivos estratégicos institucionais.

[Leia mais](#)

Fonte: Ascom / DPMG (16/05/2019)

COMUNICADOS INTERNOS

COORDENADORIA CRIMINAL DA CAPITAL

Resultado do sorteio para participação em plantões CONMEBOL Copa América 2019

No dia 10 de maio, às 17horas, na sala da Coordenação Criminal da Capital, sala 503 da Sede I, foi realizado o sorteio, pelo site www.sorteios.org, para definição dos defensores públicos da Capital e RMBH interessados em participar dos plantões CONMEBOL Copa América.

[Saiba mais](#)

Fonte: Ascom/DPMG (10/05/2019)

SRLI/DPA INFORMA

• Ajustes patrimoniais nas unidades administrativas localizadas na Sede I

A Diretoria de Patrimônio e Almojarifado (DPA) informa que está prevista, entre os dias 14 a 31/05/2019, a realização, in loco, dos trabalhos de ajustes patrimoniais dos bens alocados nas unidades administrativas localizadas na Sede I.

Para execução desse trabalho é necessário o acompanhamento de uma pessoa de cada setor, para que possa dirimir dúvidas que, porventura, venham ocorrer.

[Saiba mais](#)

Fonte: DPA/DPMG (06/05/2019)

• Alteração de e-mail para contato

O contato via e-mail deverá ser feito pelo endereço: dpa@defensoria.mg.def.br.

Os endereços patrimonio@defensoria.mg.def.br e almojarifado@defensoria.mg.def.br foram desativados.

Fonte: DPA/Ascom (08/05/2019)

NOTA DE FALECIMENTO

Com profundo pesar, informamos o falecimento da defensora pública aposentada Therezinha Aparecida de Souza, que foi diretora da Associação das Defensoras e Defensores Públicos de Minas Gerais (Adep-MG) por várias gestões.

A Defensoria Pública manifesta votos de condolências e solidariedade à família.

Fonte: Ascom/DPMG (13/05/2019)

ESDEP MG INFORMA

• Chamada para publicação na Revista das Defensorias Públicas do Mercosul

Aberta até o dia 30 de junho chamada para envio de trabalhos de defensores públicos para publicação na edição nº 7 da Revista das Defensorias Públicas do Mercosul, tema “Acesso à justiça dos povos originários”. A revista foi criada no âmbito da Reunião Especializada de Defensores Públicos Oficiais do Mercosul (REDPO)

[Saiba mais](#)

Fonte: Ascom / DPMG (26/04/2019)

• Workshop Câmara de Conciliação e Solução de Conflitos na Administração Pública

A Escola da Advocacia-Geral da União de Minas Gerais promoverá, no dia 23 de maio, o *Workshop* Câmara de Conciliação e Solução de Conflitos na Administração Pública. O evento é gratuito e aberto ao público. Interessados podem se inscrever até o dia 22/5.

[Saiba mais](#)

Fonte: Ascom/DPMG (15/05/2019)

• Curso online de capacitação Tribunal do Júri

A Esdep disponibiliza gratuitamente para os defensores públicos de MG o “Curso online de capacitação Tribunal do Júri”. São 26 h/aula, disponível por 6 meses. Solicite seu cadastro pelo e-mail escolasuperior@defensoria.mg.def.br com o título “Capacitação Tribunal do Júri”, informando seu nome, telefone, e e-mail.



A ESDEP disponibiliza gratuitamente para todos os defensores de Minas Gerais o

CURSO ONLINE DE CAPACITAÇÃO TRIBUNAL DO JÚRI

26 AULAS
48 HORAS/AULA

VOCÊ PODE:

- ✓ Escolher qualquer matéria e começar o curso quando desejar, atendido o período de vigência.
- ✓ Fazer o seu próprio horário de estudos.
- ✓ Assistir os conteúdos quantas vezes quiser.